

GREVE VITORIOSA!

Adesão expressiva à paralisação de 24h comprova poder de luta dos petroleiros

Unidade e muita disposição de luta. Esse foi o recado dado pela categoria à direção da Petrobrás, durante a vitoriosa paralisação de 24 horas, realizada no dia 17. Os petroleiros cortaram a rendição dos turnos em nove refinarias (na Reduc e na Lubnor, não houve aprovação da greve), na Fafen/BA e na Six/PR, com adesão expressiva dos companheiros do administrativo. O mesmo aconteceu nos terminais de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Norte Fluminense, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Goiás.

No E&P, os trabalhadores de 32 plataformas da Bacia de Campos deram exemplo de unidade e luta, aderindo maciçamente à paralisação, assim

como fizeram os companheiros das áreas de produção da Bahia, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Somaram-se ao movimento os trabalhadores de Taquipe e do Conjunto Pituba, na Bahia, do Parque de Tubos e do apoio aéreo, no Norte Fluminense, do terminal de Brasília e do E&P de Itajaí.

Vale ressaltar a importante participação no movimento de trabalhadores cujas unidades costumam ter uma forte resistência às mobilizações da categoria. A paralisação do dia 17, portanto, comprovou o poder de luta e de organização dos petroleiros, assim como o amadurecimento da nossa categoria, ao deixar claro para o governo e para a direção da Petrobrás que as questões

da Petros têm impacto total na campanha reivindicatória. Os petroleiros não hesitarão em partir para movimentos mais intensos, se não houver disposição da empresa em atender as reivindicações da categoria, tanto no que diz respeito à Petros, quanto ao ACT.

Esse foi o recado das bases na molização e que a FUP reforçou ao apresentar à Petrobrás o resultado das assembleias, de rejeição unânime da contraproposta apresentada pela empresa. A FUP cobrou uma agenda imediata, com proposições para a Petros e o ACT, e reafirmou que os petroleiros construirão uma greve com parada de produção, se não houver avanço satisfatório da companhia nessas negociações.

A Sétima Rodada e a Lei do Gás

ANP e MME, agentes do capitalismo sem risco

Apesar das intervenções e mobilizações da FUP e sindicatos para impedir o leilão das nossas reservas de petróleo, a ANP e o Ministério das Minas e Energia iniciaram na segunda-feira (17) a Sétima Rodada de Licitação, cujos dois primeiros dias arrecadaram o dobro do ano passado. Ao todo, estão sendo leiloados 1.134 blocos de exploração, em dez bacias marítimas e seis terrestres, que representam 397.615 quilômetros quadrados do nosso subsolo. Uma área maior do que toda a Alemanha!

Fatos inusitados e absurdos têm marcado essa Sétima Rodada: o ágio astronômico de 18.200% que a Petrobrás pagou para readquirir um bloco no Recôncavo Baiano; o lance inicial de R\$ 1 mil por uma área que tem potencial de rendimento de R\$ 12 milhões ao ano; o empresário Cristóbal López, dono de uma rede argentina de cassinos e caça-níqueis, que adquiriu

43 blocos de exploração, através de sua desconhecida empresa Oil M&S.

Tão absurdo e revoltante quanto esses fatos, foi a revelação do diretor da ANP, John Forman, na solenidade de abertura da 7ª Rodada, de que todo o processo de licitação foi organizado por estagiários da Agência e funcionários em aprendizado. Conforme reportagem da Gazeta Mercantil, de 18/10, o *brasileiríssimo* John Forman alegou que os profissionais da ANP com experiência foram levados pelo mercado e que a Agência teve que correr contra o tempo para promover o leilão.

Sem compromisso algum com a soberania nacional, a ANP e o MME disponibilizam como lhes convém as nossas reservas de petróleo e de gás natural, tratando essa questão estratégica como se fosse um negócio de fundo de quintal!

Continua no verso

Paralisação dos petroleiros brasileiros somou-se a outras mobilizações na AL

A paralisação dos petroleiros esteve também inserida no calendário de lutas da *Jornada Internacional de Luta pela Nacionalização do Petróleo e Gás na Bolívia e demais países*. A mobilização contou com a participação de petroleiros e trabalhadores do setor energético em várias regiões da América Latina, como México, Equador, Peru, Venezuela, Argentina, Bolívia, entre outros países. A jornada integrou o calendário de lutas deliberado no *Encontro Continental pela Nacionalização dos Hidrocarbonetos na Bolívia, contra as Privatizações e em Defesa da Soberania Nacional dos povos da América Latina*.

O diretor da CUT e coordenador no Brasil da Jornada Internacional, Júlio Turra, esteve presente, junto com o presidente da Central, João Felício, à manifestação realizada pela FUP no dia 17, em frente ao Hotel Sheraton, no Rio de Janeiro.

Petróleo e gás: Soberania X capitalismo sem risco

A FUP está encaminhando ações jurídicas e políticas, questionando a idoneidade da elaboração do processo de licitação, assim como a legalidade e constitucionalidade do edital.

Gás natural, a bola da vez

Nesta Sétima Licitação da ANP, também ficou evidente o novo desenho que o Ministério das Minas e Energia está preparando para o setor de gás natural. O foco principal do leilão, desde à sua formulação, foram as reservas de gás natural. A bacia terrestre de São Francisco, com 43 blocos distribuídos por 126.229 quilômetros quadrados de extensão, foi uma das mais disputadas. Apesar disso, duas empresas consideradas, até então, inexpressivas adquiriram blocos preciosos. São elas a mineira Geobrás e a argentina Oil M&S, aquela cujo proprietário é também dono dos principais cassinos e caça-niqueis portenhos.

Aos jornalistas que acompanharam o leilão, os representantes dessas duas empresas anunciaram, com bas-

tante convicção, que estão certos dos potenciais de gás existentes nos blocos arrematados. “Não trabalhamos no escuro. Já comprovamos que é muito grande a jazida de gás lá”, revelou o diretor comercial da Geobrás, Luis Andrade, ao jornal O Valor. Já a Oil M&S arrematou 22 blocos da Bacia de São Francisco, ofertando apenas R\$ 10 acima do valor mínimo estipulado pela ANP!

É a esse capitalismo sem risco que estão servindo a ANP e o MME, dando continuidade aos leilões das nossas reservas, comprometendo não só a soberania e o desenvolvimento do país, mas também o patrimônio público. As áreas exploratórias a que esses neo-investidores se referem com tamanha segurança foram todas mapeadas pela Petrobrás. Não bastasse isso, o ministro Silas Rondeau já revelou em alto e bom som que a nova legislação para o setor de gás natural será pró-mercado, porém, financiada pela Petrobrás. É esse o teor da resolução número 27 editada pela ANP no dia 14 de outu-

bro, às vésperas da Sétima Rodada.

Lei do gás. A quem serve?

A resolução da ANP, uma das bases do projeto de lei do governo para o setor de gás natural, fixou em seis anos o prazo máximo para utilização exclusiva pela Petrobrás de sua malha de gasodutos. Ao final desse período, a empresa terá que disponibilizar a “capacidade ociosa” para outras companhias. Medida altamente lesiva à estatal, que investiu sozinho bilhões de dólares na construção de uma rede nacional de gasodutos, além do sistema Bolívia-Brasil, e agora terá que abrir o acesso a empresas cujo risco operacional é zero. Em todos os países, investimentos desta natureza levam, no mínimo de 15 a 20 anos, para serem amortizados.

A FUP já solicitou uma reunião com o ministro Silas Rondeau para discutir esta questão e estará também participando de uma audiência pública em Brasília, convocada pela deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), cuja data ainda será divulgada.

FUP participa da *Ocupação Pacífica* do Congresso Nacional, organizada pela CUT

Na quarta-feira (19), os dirigentes da FUP somaram-se a cerca de 150 sindicalistas da CUT na **Ocupação Pacífica** do Congresso Nacional, percorrendo, um-a-um, os gabinetes dos parlamentares e as comissões da Câmara e

do Senado. A mobilização teve por objetivo divulgar a agenda dos trabalhadores, com propostas e projetos da CUT para a política econômica, direitos e relações trabalhistas e demais questões de interesse do trabalhador.

A CUT defende

Salário e emprego: política permanente de valorização do mínimo; criação do imposto solidariedade sobre grandes fortunas; atualização da tabela do Imposto de Renda; adoção de metas de geração de emprego e crescimento econômico.

Jornada de Trabalho: redução da jornada de trabalho; projeto de lei de limitação das horas extras; proibição do trabalho no comércio aos domingos e feriados; controle do ritmo de trabalho.

Relações de Trabalho: projeto de lei para regulamentação da terceirização; aposentadoria especial – cancelamento da portaria 5404; regulamentação de atividades de curta duração na área rural; combate ao trabalho escravo.

Orçamento e políticas públicas: valorização dos serviços públicos; mais recursos para políticas sociais; reforma agrária; apoio à agricultura familiar através do PL 3952/2004; conversão da dívida em investimentos para educação; economia solidária; políticas para energia e saneamento; suspensão da medida que cria a Super-Receita.

Democracia e Liberdade: ampliação do CMN; controle social; revisão da legislação do aborto; participação no Conselho Nacional de Política Energética; reforma sindical rumo à autonomia e liberdade.

Referendo do dia 23: Vote consciente!

Às vésperas do referendo do próximo dia 23, quando a população, de forma democrática, irá se posicionar sobre o comércio de armas e munição, a FUP volta a convocar todos os petroleiros para que participem com consciência deste importante e histórico processo.

O desarmamento e o controle ao acesso de armas são ações imprescindíveis para combater a violência social. No campo e na cidade, os latifundiários, os patrões e agentes dos grandes grupos econômicos e financeiros fazem uso do tão evocado direito individual de porte de arma para militarizarem conflitos, cujos resultados, todos nós conhecemos.

Por isso, a FUP defende o SIM no referendo do dia 23 e apela a todos os petroleiros que não confundam o direito privado da opção partidária, religiosa ou sexual com a opção de ter ou não uma arma. O cidadão armado corre risco constante. Além disso, financia a poderosa indústria de armas e ainda ajuda a armar os bandidos, conforme comprovam as estatísticas e a polícia.